



Um sonho impossível?

Cesar Barbieri*

Faculdade Cenecista de Brasília (FACEB)

Paolo Nosella**

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

*Sonhar mais um sonho
impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é
vender¹*

No momento em que o mundo ainda celebra os quatrocentos anos da publicação da saga de Don Quixote de La Mancha, o cavaleiro andante, “da triste figura”, que mostra (a quem tem olhos para ver) a luta interminável entre a inteligência e a estupidez, entre a luz e a escuridão, conforme interpreta Marcelo Xavier, dentre outros de seus comentaristas; quando, ainda, comemora-se o centenário do nascimento de Jean-Paul Sartre, pensador contemporâneo que nos alerta para o fato de que o homem, sendo o responsável pelo que é, mesmo desamparado, angustiado e condenado a ser livre, escolhe a si mesmo e a humanidade inteira, tornando-se aquilo que ele fizer a si mesmo (SARTRE, s/d); no momento em que é desfiado um rosário de corrupções no âmbito da administração pública deste País, atribuindo-se a responsabilidade de tais fatos a seus altos dirigentes, tisonando o processo histórico de valorização da participação dos trabalhadores na construção do destino da Nação; no instante, ainda, em que a Faculdade Cenecista de Brasília-FACEB mobiliza seus professores para a

* Cesar Augustus S. Barbieri é Mestre em Educação, pela Universidade de Brasília/DF, Doutor em Educação, pela Universidade Federal de São Carlos/SP e professor titular de Filosofia e História da Educação Brasileira, na Faculdade Cenecista de Brasília-FACEB

** Paolo Nosella é Mestre e Doutor em Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP e professor titular de Filosofia da Educação, na Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

¹ Trecho da versão feita por Chico Buarque e Ruy Guerra para a canção “Impossible Dream”, de autoria de J. Darion e M. Leigh, para o musical “O Homem de La Mancha”, de Dale Wasserman, em 1972.



participação no processo de reformulação, implantação e avaliação de seu projeto político pedagógico institucional (PPPI) e para a implantação do projeto pedagógico do seu curso de Pedagogia; sem dúvida, é fundamental evocar o pensamento de Antonio Gramsci e refletir sobre a educação das classes subalternas, das classes oprimidas; refletir sobre a construção de uma escola para o trabalhador que não seja mais um sonho impossível, uma utopia romântica, uma aspiração distante, mas uma consequência da possibilidade do homem construir o seu destino.

Dentre as referências mais importantes para a discussão da questão da escola para as classes subalternas, para as classes populares, para os trabalhadores, encontra-se, sem dúvida, o pensamento do italiano Antonio Gramsci que, além de outros temas já bem conhecidos da grande maioria dos educadores brasileiros, tratou de forma peculiar da questão da educação. Vale destacar, no momento, a sua crônica publicada no “L’Ordine Nuovo”, na segunda década do século XX.

O relato de Gramsci:

O primeiro curso da escola de cultura e propaganda socialista iniciou na semana passada, com a primeira aula de teoria e o primeiro exercício prático, de modo que nos deixou repletos de satisfação. No início das aulas nos sentimos autorizados a nutrir as melhores esperanças pelo êxito. Por que negar que alguns de nós duvidavam? Duvidavam que, encontrando-nos apenas uma ou duas vezes por semana, todos cansados do trabalho, nos fosse possível encontrar em cada um aquele frescor sem o qual as mentes não podem comunicar-se, os ânimos não podem aderir, e a escola não pode realizar-se como uma seqüência de atos educativos vividos e sentidos em comum. Talvez, estivéssemos cétricos pela experiência das escolas burguesas, pela tediosa experiência dos alunos e pela dura experiência dos professores: o ambiente frio, sombrio, resistente a todo esforço de unificação ideal, aqueles jovens reunidos naquelas salas de aula não pelo desejo de melhorar-se e entender, mas, talvez não expressa, claramente, em todos, com a finalidade de se mostrar, de conquistar para si um “título”, de empregar a própria



vaidade e a própria preguiça, de enganarem-se, hoje, a si mesmos, e aos outros, amanhã.

E vimos, à nossa volta, amontoados, espremidos em uns bancos desconfortáveis e em uma pequena sala, esses alunos insólitos, na sua maior parte não mais jovens, fora, portanto, da idade em que aprender é algo simples e natural, todos, pois, cansados de uma jornada de trabalho, na oficina ou no escritório, seguirem com a máxima atenção o curso da aula, esforçarem-se para registrá-la no papel, expressarem, concretamente, que, entre quem fala e quem escuta, se estabelecera uma viva corrente de inteligência e simpatia. Isto não seria possível se nesses operários o desejo de aprender não brotasse de uma concepção de mundo que a vida mesma ensinou e que eles sentem a necessidade de torná-la clara, para possuí-la completamente e para poder vivê-la plenamente. É uma unidade que pré-existe e que o ensino objetiva reforçar, é uma unidade viva que nas escolas burguesas, em vão, procura-se criar.

A nossa escola é viva porque vós operários trazeis para ela, a sua melhor parte, aquela que a fadiga da oficina não pode enfraquecer: a vontade de tornar-vos melhores. Toda a superioridade de vossa classe, neste tumultuado e tempestuoso momento, nós a percebemos expressa neste desejo que anima uma parte sempre maior de vós, isto é, o desejo de adquirir conhecimento, de tornar-vos capazes, donos do vosso pensamento e de vossa ação, artífices diretos da história de vossa classe..

A nossa escola continuará e terá os frutos que lhes serão possíveis: está aberta a todos os eventos; um caso qualquer poderá afastar e dispersar, amanhã, todos nós que hoje nos reunimos em torno dela, dando e tomando dela um pouco do seu calor, da fé que necessitamos para viver e para lutar; as contas faremos depois, mas por enquanto registremos este começo como positivo; registremos como positivo esta impressão de confiança que experimentamos nas primeiras aulas, no primeiro contato. Com o espírito destas primeiras aulas queremos ir em frente.

Contextualizando o relato...



O texto em que Gramsci comenta a primeira semana de aulas do curso noturno para trabalhadores de Turim é uma verdadeira preciosidade, um “soneto” em prosa jornalística. Foi publicado no jornal “L’Ordine Nuovo” (ano I, nº 3, 20 de dezembro de 1919).

O entusiasmo do autor pela inauguração do curso é evidente. Em quatro curtos parágrafos, condensa sua precisa filosofia educacional referente a cursos noturnos para trabalhadores, operários de fábricas e funcionários de escritórios. Cada parágrafo expressa uma ou mais idéias importantes. Deixa claro, já na primeira linha, que cultura profunda e difusão das idéias são valores que se integram; que organizar um curso noturno não é um empreendimento fácil, pois não é uma mera transferência para as horas noturnas dos cursos diurnos; que – e sobretudo – na escola socialista para trabalhadores o espírito, o sentido, os métodos, os instrumentos, os conteúdos, os mestres e as motivações são absolutamente diferentes dos que se encontram nas escolas burguesas: naquelas há vida, desejo de aprender, há entusiasmo; nestas há tédio, mero desejo de diploma e de se garantir na vida pela esperteza.

Gramsci deixa claro, também, que no curso noturno por ele organizado existe uma idêntica concepção de mundo entre os organizadores e os alunos. Aliás, a função das aulas é apenas tornar mais clara, objetiva e assumida para todos essa concepção de mundo.

Sabe que tanto os operários quanto os funcionários estão cansados pela longa jornada de trabalho, por isso, as aulas só poderiam ser ministradas “uma ou duas vezes por semana”, por, no máximo, duas ou três horas. Com efeito, o estudo também é trabalho fadigoso, é um esforço neuro-muscular não indiferente.

Os trabalhadores-estudantes sabem ou intuem que aí, nos bancos daquela escola, representam uma classe social inteira, fundamental, superior, portadora de um grande projeto histórico, emancipador da própria humanidade. Estão aí, justamente, para objetivar e efetivar essa representação.

Tal escola é, sem dúvida, revolucionária, radicalmente subversiva, portanto, sujeita a possíveis repressões por parte de um Estado que representa a outra classe social antagônica. De repente, esse Estado poderá fechá-la e dispersar alunos e mestres.



Todavia, por enquanto, a escola está aberta e livremente funcionando. Por isso, nós iremos para frente – conclui o texto - com a mesma confiança e entusiasmo registrados nas primeiras aulas.

Obviamente, esse texto reflete o clima político característico do assim chamado biênio vermelho, isto é, dos anos 1919-1920: foram anos de autêntica primavera para os movimentos socialistas, “trabalhava-se nas praças, nas ruas, nos jornais, nos campos, nas fábricas, nas sedes dos partidos com a perspectiva concreta, a médio e a curto prazo, da Revolução Socialista. O exemplo de Lênin na Rússia brilhava fortíssimo, reforçando em todos os militantes a idéia de que a Revolução Socialista era mesmo possível e próxima” (NOSELLA, 2004). No calor desse entusiasmo, Gramsci e seu grupo de *Ordine Nuovo* criaram em Turim uma revista e esse curso noturno para formar os intelectuais do futuro próximo Estado socialista, que fossem ao mesmo tempo técnicos e políticos da produção industrial moderna. Havia escrito alguns meses antes da inauguração do curso noturno: “a propaganda educativa desenvolvida até agora pelos socialistas foi em grande parte negativa e crítica: não podia ser de outra forma. Hoje, após as positivas experiências dos companheiros russos, pode e deve ser diferente (...). O problema da escola é ao mesmo tempo problema técnico e político” (GRAMSCI, 1987).

O curso noturno organizado pela tendência socialista *Ordine Nuovo* será, infelizmente, uma experiência didática muito breve, pois estamos às vésperas do ano de 1920 e os sinais da repressão política estão aumentando e encruecendo a cada dia. Não à toa, o texto registra a seguinte expressão: “Neste tumultuado e tempestuoso momento”. Sabia o autor que algo triste poderia acontecer dispersando aqueles alunos de mãos cansadas e calejadas, de olhar vivo e atento e de coração anelante de liberdade. Não temia em vão: a repressão fascista não tardaria a explodir.

Por que lembrarmos, hoje, o pequeno curso noturno para trabalhadores, organizado por Gramsci, oitenta e seis anos atrás, em Turim, na Itália, distante daqui cerca de onze mil quilômetros?

Há uma razão importante para refletirmos sobre aquela longínqua experiência pedagógica. O Brasil é o país que mais ministra cursos noturnos e, por certo, o faz em demasia. E todos, superficialmente, justificados por representarem – dizem – a



possibilidade de educação e elevação social de quem trabalha durante as horas diurnas. Ou seja, a enorme oferta de cursos noturnos aqui existente, em todos os níveis escolares, é sublimada por uma vaga justificativa ideológica *a priori* considerada socialmente positiva, isto é, em favor dos trabalhadores.

Essa vaga justificativa precisa de uma cautelosa depuração. Há muito populismo nesse abuso de ensino noturno ou até mesmo a mera mercantilização da educação popular. Por isso, a comparação com a experiência do curso noturno para trabalhadores realizado por Gramsci nos ajuda na decantação das “razões”, superficiais e generalizadoras, às quais entre nós, hoje, se recorre para justificar esse imenso sistema de ensino noturno.

Como vimos, para Gramsci, a essência metodológica de um curso para trabalhadores, numa perspectiva libertadora, é a solidariedade de classe entre os alunos e a gestão escolar. Para ele, a escola do trabalho não é a escola do emprego, nem a escola técnica poderia ser uma escola de funcionários (GRAMSCI, 1987). Finalmente, o estudo, para Gramsci, é trabalho intelectual, é esforço disciplinado, neuro-muscular que vem se acrescentar ao esforço da jornada de trabalho diurno. Portanto, com muita cautela as aulas eram ministradas uma ou duas vezes por semana, no máximo duas ou três horas.

Ou seja, pouco ou nada tem a ver o nosso ensino noturno com a proposta pedagógica noturna de Gramsci: o socialismo pensava na escola do trabalho como uma escola libertadora, rejeitando qualquer rebaixamento cultural com vista a proteger ou assistir os pobres e os cansados: estes precisam apenas da igualdade de condições para estudar e não de retórica. Por isso, sabe Gramsci que não é fácil justapor uma jornada de trabalho diurno com umas horas noturnas de trabalho intelectual. Diz em outro texto: “a escola, quando funciona com seriedade, não deixa tempo para a oficina e, vice-versa, quem trabalha seriamente apenas através de um enorme esforço de vontade pode se instruir. Encaixá-las uma na outra, assim como estão fazendo é mais uma das aberrações pedagógicas que sempre impediram à escola italiana ser algo sério (...). Façam com que a escola seja verdadeiramente escola, e a oficina não seja uma masmorra e terão então uma geração de homens verdadeiramente úteis; úteis porque saberão fazer um trabalho eficiente nas artes liberais e porque darão à oficina o que a ela falta: a dignidade, o reconhecimento de



sua função indispensável, a isonomia do operário com qualquer outro profissional” (GRAMSCI, 1987).

A leitura dos textos de Gramsci sobre a escola representa, pois, a vacina contra o populismo educacional. Sem negar que uma dosagem correta de cursos noturnos, dentro de uma metodologia adequada às necessidades e circunstâncias da clientela que trabalha também de dia, seja uma iniciativa louvável que, lamentavelmente, no geral há uma falácia populista embutida em certa apologia indiscriminada da escolarização noturna. Hoje, melhor do que no passado, é possível entender a afirmação que, já no final da década de setenta, o professor Luiz Eduardo W. Wanderley fazia referindo-se às experiências de educação popular dos anos sessenta: “as formas assistemáticas e extra-escolares foram mais dinâmicas, sugestivas e possibilitadoras de desdobramentos e de efeitos multiplicadores” (WANDERLEY, 1979).

De Turim para Ceilândia!

A crônica de Gramsci e o comentário feito por Nosella, ao contextualizá-la, convidam a repensar os cursos destinados às classes trabalhadoras, não apenas, mas principalmente aqueles que se realizam no período noturno. Dessa forma, é importante notar que passados, portanto, quase noventa anos, a experiência de Antonio Gramsci, aqui abordada, permite, mais uma vez, que se volte a atenção para Ceilândia e para os cursos que se realizam na FACEB.

Desde agosto de 2000, inúmeros jovens e adultos, em sua grande maioria trabalhadores, vêm reunindo-se diariamente — em alguns cursos, de segunda a sábado — nas modestas instalações físicas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade-CNEC, inauguradas em Ceilândia há mais de trinta anos, para buscar a sua formação profissional de nível superior.

Comparecem na FACEB, no período matutino e noturno, muitos estudantes que exercem as mais diversas profissões/funções, tais como policial; cabeleireira; *manicure*; auxiliar de serviços gerais; auxiliar de escritório; babá; empregada doméstica; caixa de estabelecimentos comerciais, grandes e pequenos; vendedor ambulante; balconista, dos mais diversos ramos de negócios; gerente comercial;



supervisor de vendas; professor, da Educação Infantil e/ou das séries iniciais do Ensino Fundamental; porteiro; vigia noturno; pedreiro; encanador; costureira; bordadeira; militar, das diversas armas, patentes e corporações, dentre outras profissões do mercado formal e informal... Lá comparecem, após um dia inteiro de trabalho enfadonho (a maioria deles não gosta do que faz) e cansativo (às vezes ficam dez, doze horas em pé), na esperança de que possam aprender algo de novo, algo de útil, algo de importante para o processo de formação profissional que necessitam e/ou almejam! Esperam que, nesse processo, possam estabelecer “uma viva corrente de inteligência e simpatia”, como diz Gramsci, que lhes permita uma visão do mundo mais abrangente, mais crítica e mais significativa.

Esses estudantes chegam dos mais diversos locais. Eles vêm de diversos setores residenciais de Ceilândia ou da próxima Taguatinga. Muitos, porém, residem nas distantes Planaltina, Sobradinho e Brazlândia ou em cidades do Estado de Goiás, em torno ao Distrito Federal. Para lá estarem caminham com as próprias pernas; vão de bicicleta; de transporte coletivo, de vans alugadas, tão em moda ultimamente, ou de ônibus; alguns, de automóvel particular. Muitos fazem verdadeiras viagens que levam, quase sempre, de hora e meia a duas horas, não sendo incomum os que conseguem retornar a seus lares apenas no início da madrugada do dia seguinte!

Uma grande parte dos estudantes já deixou a adolescência, há muito tempo. Muitos ficaram dez, quinze e até mais de vinte anos sem estudar e sem freqüentar uma escola. Muitas das mães, que lá estudam, não raras vezes têm que levar os seus filhos pequenos e fazer-se por eles acompanhar nas salas de aula — ou porque são recém-nascidos e devem amamentá-los, ou porque, vez por outra, não têm com quem deixá-los.

Em sua grande e expressiva maioria, esses estudantes não estão em busca apenas de um diploma, de um palco para exhibir-se ou de uma passarela para desfilarem com os modelitos da estação! Não, são estudantes que vibram, emocionam-se, chegam a ficar trêmulos a cada nova descoberta, a cada momento de sucesso no processo de aprendizagem e a entristecerem-se, profundamente, quando se deparam com algumas dificuldades que julgam impossíveis de serem superadas. São estudantes que antes precisam aprender a estudar, que precisam habituar-se



ao escrever e ao ler, para compor e compreender! Não são, por certo, “clientes” de um estabelecimento comercial ou consumidores e usuários em busca de um “serviço educacional”, mas seres humanos que buscam ajuda para o seu desenvolvimento, para a sua existência! Cidadãos em busca de um direito, garantido pela constituição!

Esperam, por certo, encontrar a realização de um processo de aprendizagem de qualidade igual ou superior às mais renomadas escolas do Distrito Federal, processo esse possível de desenvolver-se apenas num ambiente que conte com uma prática democrática de gestão pedagógico-administrativa; que tenha a sua estrutura e organização compatíveis com a história de vida dos estudantes; que, concretizando os princípios de um processo de educação inclusiva, tenha os seus momentos de avaliação como oportunidades para corrigir possíveis desvios desse processo, tendo em vista solidarizar-se com seus estudantes, principalmente, no que se refere aos seus mais profundos e legítimos desejos de “ser mais”.

Esperam, sim, estarem se relacionando não com uma instituição escolar igual ou semelhante a tantas outras que já freqüentaram, ou já abandonaram, ou da qual ouviram falar. Desejam, indubitavelmente, vincular-se, definitivamente, a uma “casa de educação”, na qual, além de compartilharem os conhecimentos técnicos e competência profissional de seus membros, possam, cooperativamente, dar continuidade ao processo de aprender a ser-no-mundo; possam, por intermédio do estabelecimento de uma relação madura e genuína, sentir-se protegidos, valorizados, estimulados e apoiados em suas justas aspirações.

Por certo, uma escola edificada sobre bases tradicionais, que realiza um processo no qual o professor sabe tudo e o estudante não sabe nada; um processo que tem dentre suas principais premissas a de que “o aluno tem mais é que ralar para não tirar zero” e, se tal nota lhe for atribuída, “é porque não estudou”; não será a instituição melhor e, tampouco, mais adequada para os integrantes dessa comunidade.

Os dispositivos legais sobre a Educação (Leis, Resoluções e Pareceres dos Conselhos de Educação, federal e estaduais) sempre foram tidos como os principais responsáveis pelos estrangulamentos, desvios e obstáculos cometidos no processo de concepção, planejamento e realização dos cursos, dos chamados “níveis de ensino”, oferecidos aos estudantes-trabalhadores, em geral, no período noturno. No



entanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB vigente, mesmo dando origem à intensa polêmica que, ainda, persiste quanto ao seu processo de elaboração, aprovação, promulgação e aplicação, permite que sejam criadas outras estruturas para diferentes cursos destinados a estudantes diferenciados, que não aquela adotada por instituições que oferecem cursos para estudantes que podem dedicar-se, exclusivamente, à freqüência de suas aulas, no turno matutino e/ou vespertino, e à realização de estudos e tarefas requeridos pelas diversas disciplinas que os constituem.

É fácil compreender que a lógica que dá suporte aos cursos destinados às elites, principalmente a econômica, com uma organização curricular determinando um calendário escolar que prevê aulas diárias, durante todos os dias da semana, e com um elenco de disciplinas a serem “ensinadas” conforme estabelece as Coordenações dos cursos, no caso dos regimes anuais ou semestrais, ou, ainda, para os Cursos que adotam o sistema de créditos, a serem oferecidas em diversos horários, conforme a disponibilidade e interesse dos professores, não se adequa a vida, ao cotidiano, de uma grande maioria de jovens e adultos que necessitam trabalhar, muitas vezes de oito a doze horas por dia, para poderem sobreviver.

A tão falada democratização da educação, sabemos, não se trata apenas de oportunizar a todos o acesso à Escola e aos inúmeros cursos existentes e possíveis. Além do acesso, sem dúvida, é preciso que seja garantida a permanência do estudante no curso pretendido, de forma que lhe seja, sim, permitido aprender os conhecimentos já sistematizados e (re)construir outros tantos, necessários à conclusão do processo de sua formação básica ou ao desenvolvimento, permanente, de sua formação continuada.

Desta forma, algumas perguntas, inevitavelmente, surgem como desdobramento da reflexão sobre as questões aqui abordadas, dentre as quais destacam-se: Por que o ano letivo deverá obedecer ao chamado Ano Fiscal? Por que o calendário escolar deverá ser uma cópia, nada criativa, do calendário gregoriano? Por que fragmentar o conhecimento em inúmeras e, muitas vezes, desnecessárias disciplinas que, quase sempre, sobrepõem-se umas às outras? Por que dividir e subdividir o processo de aprendizagem em séries, semestres, períodos que, desejando transformar os meios em fins, obedecem, inegavelmente, apenas a



uma exigência burocrática fundamentada nos princípios da racionalidade técnico-instrumental que, certamente, não surgiu para servir às classes subalternas, às classes populares? Por que centrar o processo na falsa premissa da “transmissão de conhecimentos” já elaborados, na falácia da propalada “aquisição de conhecimentos” e não na (re)construção de novos que permitam a conscientização de cada estudante-trabalhador quanto à sua existência e às possibilidades de sua transformação? Por que não estruturar e desenvolver o processo de aprendizagem como um “círculo de cultura”, como há muito propõe Antonio Gramsci? Por que não priorizar um processo de educação como prática de liberdade, como denomina Paulo Freire? Por que não desenvolver um processo de educação que se realize por meio de uma pedagogia da autonomia; de uma pedagogia da existência?

Por que não?

*E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão²*

REFERÊNCIAS

CHARDIN, Teilhard de. **O fenômeno humano**. São Paulo : Cultrix, 1988

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **L'Ordine Nuovo 1919-1920**. A cura di Valentino Gerratna e Antonio A. Santucci. Editore Einaudi : Torino, 1987.

_____. **Cronache Torinesi 1913-1917**. A cura di Sergio Caprioglio. Editore Einaudi: Torino, 1987

² Cf. Chico Buarque e Ruy Guerra, **op. cit.**



_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1988

NIDELCOFF, Maria Teresa. **Uma escola para o povo**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1986

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

RODRIGUES, Neidson. **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação**. São Paulo : Cortez, 1997.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Editorial Presença : Lisboa, 1961[?]

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

SILVA, Tomaz Tadeu; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Escola S/A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília : CNTE, 1996.

WANDERLEY, L. E. W. Apontamentos sobre educação popular. In: _____. **A cultura do povo**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.